



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

10º EXAME

DE

SELEÇÃO

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

- 2003 -



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) O Poder Constituinte derivado é:

- (a) temporário, autônomo e ilimitado.
- (b) temporário, autônomo e limitado.
- (c) secundário, limitado e condicionado.
- (d) inicial, ilimitado e incondicionado.
- (e) soberano, permanente e incondicionado.

2) Os Tribunais de Contas:

- (a) integram o Poder Judiciário.
- (b) integram o Poder Executivo.
- (c) são órgãos de auxílio do Poder Legislativo.
- (d) são órgãos de consulta do Poder Judiciário, em assuntos relacionados à fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- (e) nenhuma das alternativas anteriores.

3) Assinale a opção equivocada:

- (a) A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (b) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, o pluralismo político e a dignidade da pessoa humana.
- (c) Em suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos, dentre outros.
- (d) Os direitos e garantias expressos na Constituição de 1988 são taxativos e excluem quaisquer outros decorrentes de tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- (e) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

4) Sobre o controle abstrato de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta:

- (a) Os Tribunais de Justiça dos Estados são competentes para processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face da Constituição Federal.
- (b) A ação direta de inconstitucionalidade poderá ser proposta apenas pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.
- (c) É inadmissível o controle abstrato de constitucionalidade com relação às emendas constitucionais.
- (d) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- (e) Atos normativos municipais podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

5) Estado Federal é caracterizado:

- (a) pela descentralização política;
- (b) pela pluralidade de soberanias, reconhecidas a todos os entes federados;
- (c) pela centralização política;
- (d) pela possibilidade de os entes federados se desvincularem da Federação, sem quebra do pacto federativo;
- (e) pela convivência de entes dotados de autonomia, como a União, e entes dotados de soberania, como os Estados.

6) Assinale a opção correta:

- (a) Podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade em face da Constituição Federal as leis e atos normativos federais, estaduais, distritais e municipais.
- (b) A decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por via de exceção tem eficácia *erga omnes* e obrigatória.
- (c) A decisão do Supremo Tribunal Federal que reconhecer a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pela via direta não produz efeitos *erga omnes*, salvo se o Senado Federal, por meio de resolução, suspender sua execução.
- (d) Podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade leis e atos normativos federais, estaduais e municipais, ainda que anteriores à Constituição vigente.
- (e) Compete ao Senado Federal, privativamente, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle por via de exceção.

7) São limitações ao poder de reforma constitucional, exceto:

- (a) a proibição de que a Constituição seja emendada nos seis meses que precederem a realização de eleição presidencial.
- (b) a proibição de que a Constituição seja emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.
- (c) a proibição de proposta de emenda tendente a abolir a separação de poderes.
- (d) a proibição de proposta de emenda tendente a abolir direitos e garantias individuais.
- (e) a proibição de proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.

8) São princípios da administração pública, exceto:

- (a) concurso público e eficiência.
- (b) impessoalidade e publicidade.
- (c) legalidade e licitação.
- (d) moralidade e impessoalidade.
- (e) anterioridade fiscal e livre concorrência.

9) Quanto à ação popular, assinale a alternativa correta:

- (a) Pode ser proposta por qualquer cidadão, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e dos ônus da sucumbência.
- (b) Visa à proteção de direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- (c) Pode ser proposta pelos mesmos entes e órgãos legitimados para a propositura de ação civil pública.
- (d) Pode ser proposta, exclusivamente, pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.
- (e) Tem natureza subsidiária, sendo cabível apenas quando não houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade do ato administrativo.

10) Com relação ao processo legislativo, pode-se afirmar que:

- (a) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
- (b) as leis complementares são aprovadas por maioria simples.
- (c) as leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, que deve solicitar a delegação da Câmara dos Deputados.
- (d) o veto parcial poderá atingir a parte de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- (e) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

11) Com relação às medidas provisórias, assinale a alternativa **incorreta**:

- (a) É vedada a edição de medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos.
- (b) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar.
- (c) As medidas provisórias são editadas pelo Presidente da República, em caso de relevância e urgência, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
- (d) As medidas provisórias perdem eficácia, desde a edição, se não convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por meio de decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes.
- (e) É vedada a edição de medida provisória versando sobre direito penal, processual penal e processual civil.

12) Sobre o sistema tributário nacional, é **incorreto** afirmar que:

- (a) são impostos de competência federal o imposto sobre produtos industrializados e o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros.
- (b) são impostos de competência estadual o imposto sobre a circulação de mercadorias e o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- (c) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
- (d) são impostos de competência municipal o imposto sobre a propriedade territorial rural e o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- (e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios podem instituir taxas em razão do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

13) Assinale a opção **correta**:

- (a) O mandado de injunção é cabível para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício das atribuições do Poder Público;
- (b) O *habeas data* é cabível sempre que a falta de norma reguladora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (d) Nas ações de *habeas corpus* e *habeas data*, o autor/impetrante fica isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fe.
- (e) Todas as alternativas acima estão equivocadas.

14) Destina-se o mandado de segurança, como remédio constitucional:

- (a) à tutela da liberdade de locomoção própria ou de terceiro.
- (b) à proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (c) A assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assim como a sua retificação, se incorretas.
- (d) A anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade pública, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (e) À regulamentação de norma com vistas a assegurar o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas

15) Quando do advento de uma nova Constituição, o que acontece com a legislação até então vigente?

- (a) Em atenção ao princípio da continuidade da ordem jurídica, a legislação que não seja incompatível com a nova Constituição conserva sua eficácia.
- (b) É toda revogada, surgindo a necessidade de que sejam novamente editadas leis em conformidade com a nova Constituição.
- (c) Cabe ao Congresso Nacional listar quais as leis que continuam em vigor e quais as revogadas pela nova Constituição.
- (d) Cabe ao Poder Executivo listar quais as leis que continuam em vigor e quais as revogadas pela nova Constituição.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

16) As constituições são:

- (a) Rígidas, quando contemplam apenas normas que disponham sobre a estrutura do Poder e os direitos e garantias fundamentais.
- (b) Flexíveis, quando a sua modificação pode ser realizada pelo mesmo processo utilizado para a elaboração das leis ordinárias.
- (c) Semirígidas, quando possui uma parte flexível e outra rígida, facultada a alteração de ambas por meio de processo não qualificado de reforma.
- (d) Semirígidas, quando possui uma parte flexível e outra rígida, sendo que a alteração de qualquer de suas normas somente pode ser realizada por meio de processo qualificado de reforma.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

17) Em qual das hipóteses abaixo o Poder Executivo pratica ato que, embora lhe seja constitucionalmente deferido, representa exceção ao princípio da Separação Funcional de Poderes?

- (a) Quando edita uma medida provisória.
- (b) Quando edita decreto tendente a regulamentar uma lei.
- (c) Quando nomeia um Ministro de Estado.
- (d) Quando profere decisão em procedimento administrativo.
- (e) Quando declara de utilidade pública determinado imóvel para fins de desapropriação.

18) Com relação ao Poder Legislativo, pode-se afirmar que:

- (a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados da Federação e do Distrito Federal.
- (b) As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de julgamento próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos respectivos regimentos.
- (c) Compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- (d) Compete ao Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados internacionais.
- (e) Todas as alternativas acima estão corretas.

19) São princípios constitucionais sensíveis, cuja inobservância pode justificar a intervenção federal, exceto:

- (a) a forma republicana de governo, o sistema representativo e o regime democrático.
- (b) os direitos da pessoa humana.
- (c) a soberania dos Estados-membros.
- (d) a prestação de contas da Administração Pública, direta e indireta.
- (e) a autonomia municipal.

20) São princípios que regem o Sistema Tributário Nacional, exceto:

- (a) anterioridade fiscal.
- (b) reserva legal.
- (c) Imunidade tributária recíproca.
- (d) vedação ao confisco
- (e) Todas as alternativas acima contemplam princípios que regem o sistema tributário nacional.

DIREITO CIVIL

21) A personalidade civil da pessoa natural começa:

- (a) no momento da concepção
- (b) quando do nascimento com vida
- (c) aos dezesseis anos de idade
- (d) aos dezoito anos de idade
- (e) n.r.a.

22) Sobre a capacidade para o exercício dos atos da vida civil, assinale a opção incorreta:

- (a) são absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a sua vontade.
- (b) são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os viciados em tóxicos.
- (c) são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os pródigos.
- (d) são relativamente incapazes os menores de 16 (dezesseis) anos.
- (e) n. r. a.

23) Quanto aos direitos da personalidade, assinale a opção correta:

- (a) são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (b) são intransmissíveis e irrenunciáveis, salvo no caso de autorização judicial para a transmissão ou renúncia.
- (c) são transmissíveis e renunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (d) são transmissíveis e renunciáveis, salvo no caso dos absolutamente incapazes.
- (e) são intransmissíveis, mas podem ser renunciados pelo seu legítimo titular.

24) Quanto às pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:

- (a) Os Estados federados são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (b) Existem fundações de direito público e fundações de direito privado.
- (c) Os Estados estrangeiros são pessoas jurídicas de direito público externo.
- (d) As associações são pessoas jurídicas de direito privado.
- (e) Os Territórios não têm personalidade jurídica, pois fazem parte da União Federal.

25) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa:

- (a) com o acordo de vontade entre os sócios ou associados.
- (b) com a assinatura dos atos constitutivos.
- (c) com a inscrição dos atos constitutivos no respectivo registro.
- (d) com o início de suas atividades.
- (e) n.r.a.

26) Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta:

- (a) vencimento de obrigação contratual, sem o respectivo pagamento, é causa suficiente para a aplicação da teoria da desconsideração.
- (b) aplicada a teoria da desconsideração a uma sociedade, seus sócios passam a ter responsabilidade ilimitada por todas as obrigações sociais até então contraídas.
- (c) a desconsideração da personalidade jurídica não põe fim à existência da pessoa jurídica, mas a impede prosseguir em seus negócios até que o Juiz declare a cessação da desconsideração.
- (d) desconsiderada a personalidade jurídica, os efeitos de certas e determinadas obrigações da sociedade são estendidos aos bens particulares dos sócios.
- (e) n. r. a.

27) As pessoas jurídicas:

- (a) gozam de proteção aos direitos da personalidade, podendo sofrer dano moral.
- (b) gozam de proteção aos direitos da personalidade, mas não podem sofrer dano moral.
- (c) não gozam de proteção aos direitos da personalidade, não podendo sofrer dano moral.
- (d) não gozam de proteção aos direitos da personalidade, mas podem sofrer dano moral.
- (e) gozam de proteção aos direitos da personalidade, mas não podem sofrer dano moral, porque o dano moral não é monetariamente mensurável.

28) Qual das seguintes pessoas jurídicas pode ser considerada uma associação?

- (a) uma cooperativa de pescadores
- (b) um clube recreativo
- (c) uma sociedade de pequeno porte
- (d) uma sociedade conjugal
- (e) n.r.a.

29) Sobre as fundações, assinale a opção correta:

- (a) são criadas por contrato
- (b) têm o capital dividido em quotas, de titularidade dos fundadores
- (c) são constituídas por dotação especial de bens livres
- (d) não podem se constituir para fins religiosos
- (e) n.r.a.

30) Sobre o domicílio e a residência da pessoa natural, assinale a opção incorreta:

- (a) domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- (b) se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considera-se domicílio qualquer delas
- (c) a pessoa natural pode ter várias residências, mas apenas um domicílio.
- (d) a pessoa natural que não tem residência habitual tem domicílio em qualquer lugar em que seja encontrada
- (e) n.r.a.

31) Qual dos seguintes bens pode ser considerado móvel?

- (a) uma casa pré-fabricada instalada num terreno
- (b) direito real de aquisição de um terreno
- (c) os direitos pessoais de caráter patrimonial
- (d) os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem
- (e) n.r.a.

32) Sobre a classificação dos bens, assinale a opção incorreta:

- (a) bens fungíveis são os que podem substituir-se por outros da mesma espécie, quantidade e qualidade.
- (b) bens consumíveis são os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- (c) bens divisíveis são os que se podem fracionar sem diminuição considerável de valor, ainda que haja prejuízo para o uso a que se destinam.
- (d) a pluralidade de bens de uma mesma pessoa que tenha destinação unitária constitui uma universalidade de fato.
- (e) complexo de relações jurídicas, de uma mesma pessoa, dotadas de valor econômico, constitui uma universalidade de direito.

33) Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta:

- (a) um hospital municipal é bem público de uso comum do povo.
- (b) uma estrada é bem público de uso especial.
- (c) um terreno da União destinado à realização de treinamento militar é bem dominical.
- (d) espaço do edifício da Procuradoria Geral do Estado onde funciona o Banco Banerj deixou de ser público quando da privatização do banco.
- (e) n.r.a.

34) O usucapião de bem público:

- (a) é juridicamente inadmissível, qualquer que seja a sua espécie.
- (b) só pode ocorrer em relação aos bens dominicais
- (c) pode ocorrer, no prazo de 20 anos, em terrenos rurais de até 25 hectares, cultivados para a subsistência da família.
- (d) só não pode ocorrer em relação aos bens de uso comum do povo.
- (e) todas as opções anteriores estão incorretas.

35) A declaração de vontade no Direito brasileiro:

- (a) é sempre válida, para qualquer efeito, independentemente de manifestação sob forma especial, admitindo-se, inclusive, a manifestação verbal.
- (b) é válida apenas se manifestada sob a forma escrita.
- (c) tem a sua validade dependente da existência de testemunha que possa comprová-la, no caso de manifestação verbal.
- (d) é válida, se manifestada por correio eletrônico (e-mail), desde que a lei não exija forma especial para o negócio a ser celebrado.
- (e) não é válida se o seu autor tiver feito reserva mental de não querer o que disse.

36) Sobre a "condição", assinale a opção correta:

- (a) a condição subordina o efeito do negócio jurídico a acontecimento certo, mas de tempo indeterminado.
- (b) a condição não pode sujeitar o efeito do negócio jurídico ao arbitrio de uma das partes, salvo no caso do contrato de risco.
- (c) a condição resolutiva impossível considera-se inexistente, mas não torna o contrato nulo.
- (d) a condição suspensiva não impede o surgimento de direito adquirido, mas o exercício deste direito fica adiado para momento futuro.
- (e) n.r.a.

37) Sobre as causas de anulabilidade do negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta:

- (a) estado de perigo configura-se quando alguém assume obrigação excessivamente onerosa para salvar a si próprio ou a pessoa de sua família de grave dano conhecido pela outra parte.
- (b) a coação só vicia a declaração de vontade quando gerar fundado temor de dano à pessoa ou à família do declarante, mas não a vicia quando gerar fundado temor de dano aos bens do declarante ou de sua família.
- (c) a lesão ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (d) dolo acidental é o que, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo e só obriga à satisfação por perdas e danos, mantendo-se válido o negócio jurídico.
- (e) n.r.a.

38) Quanto à nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- (a) a declaração de nulidade produz efeitos *ex nunc* (não retroativos).
- (b) negócio jurídico é anulável quando não revestir a forma prescrita em lei
- (c) é permitido ao juiz suprir as nulidades do negócio jurídico, desde que a requerimento das partes.
- (d) negócio jurídico anulável não pode ser confirmado pelas partes.
- (e) n.r.a.

39) Quanto à prescrição e a decadência, assinale a alternativa incorreta:

- (a) a renúncia à prescrição tem que ser expressa, não se admitindo a renúncia tácita.
- (b) os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo as partes interessadas.
- (c) a prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- (d) não corre a prescrição entre os cônjuges, na vigência da sociedade conjugal.
- (e) n.r.a.

40) Quanto à decadência, assinale a alternativa correta:

- (a) a decadência prevista em lei pode ser conhecida de ofício pelo juiz
- (b) prazo decadencial se suspende nas mesmas hipóteses de suspensão do prazo prescricional
- (c) curso do prazo decadencial não pode ser impedido, suspenso ou interrompido, salvo disposição legal em contrário
- (d) prazo decadencial tem curso independentemente da capacidade das partes
- (e) n.r.a.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

41) Caio e Tício travam perante o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro litígio acerca do direito de propriedade de uma motocicleta, cuja posse direta encontra-se com Caio.

Durante a instrução processual, depois de contestada a demanda, Caio vende a Mévio a motocicleta.

Diante do problema indaga-se qual a assertiva correta:

- (a) Mévio, na qualidade de adquirente, poderá ingressar em juízo, substituindo Caio, sem que Tício concorde, eis que a alienação de coisa litigiosa no curso de demanda judicial altera a legitimidade das partes.
- (b) O processo deverá ser extinto, sem resolução do mérito, devendo Tício ajuizar nova demanda em face de Mévio.
- (c) Mévio, na qualidade de adquirente do bem litigioso, poderá ingressar em juízo, substituindo Caio, desde que Tício concorde, bem como poderá ingressar no processo, na qualidade de assistente de Caio.
- (d) A sentença proferida no processo entre Caio e Tício não produzirá efeitos em face de Mévio.
- (e) A sentença proferida no processo entre Caio e Tício produzirá efeitos em face de Mévio, desde que este intervenha no processo na qualidade de assistente litisconsorcial.

42) Considerando as afirmações abaixo responda:

- I - Compete ao Procurador do Estado, na qualidade de Advogado Público, declarar, na petição inicial, o endereço em que receberá intimações, sob pena de indeferimento da petição, caso, instado pelo Juízo responsável pelo julgamento da demanda, não supra tal defeito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- II - As sanções impostas às partes em consequência da condenação por litigância de má-fé serão contadas como custas processuais e, por isso, pertencerão ao Estado.
- III - O juiz dará curador especial: i) ao incapaz, desde que este não tenha representante legal; ii) ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.
- IV - Somente a jurisdição civil contenciosa é exercida pelo magistrado.
- V - Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- VI - Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos previstos em lei, ou, na omissão desta, no prazo fixado pelo juiz, e serão contínuos, interrompendo-se, todavia, nos feriados.

- (a) I, II, III, IV, V e VI estão corretas.
- (b) I, III e IV estão erradas.
- (c) I, II, IV e VI estão corretas.
- (d) I, III e V estão corretas.
- (e) I, II, III, IV, V e VI estão erradas.

43) Em relação ao pedido como pressuposto processual de existência, aponte a alternativa correta:

- (a) Deve ser certo e determinado, sendo defeso, porém, formular pedido genérico.
- (b) pedido poderá ser alternativo, quando pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- (c) Proposta a demanda, em nenhum momento poderá o autor alterar o pedido.
- (d) É permitida a cumulação de pedidos em um mesmo processo, contra um mesmo réu, somente quando entre eles há conexão.
- (e) Os pedidos devem ser interpretados extensivamente, compreendendo-se, por isso, no principal os juros legais.

44) A respeito do duplo grau de jurisdição, indique a resposta incorreta:

- (a) Está sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição, por meio da remessa necessária, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo Tribunal *ad quem*, as sentenças proferidas contra a União Federal, os Estados, os Municípios e suas Autarquias e Fundações Públicas de direito público;
- (b) está sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição, por meio da remessa necessária, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo Tribunal *ad quem*, a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.
- (c) Não se aplicam às hipóteses de duplo grau obrigatório de jurisdição, sempre que a condenação ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.
- (d) Não se aplicam as hipóteses de duplo grau obrigatório de jurisdição quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do Tribunal Superior competente.
- (e) O duplo grau de jurisdição é um direito subjetivo processual da parte, garantido constitucionalmente.

45) Acerca do princípio do juiz natural aponte a afirmativa correta:

- (a) é um princípio de matriz constitucional e pode ser compreendido sobre dois enfoques: um primeiro, que diz respeito ao órgão jurisdicional, e, um segundo, ligado à pessoa física do magistrado e lhe impõe o dever de imparcialidade.
- (b) É um princípio de matriz constitucional e proíbe que qualquer demanda seja excluída de apreciação pelo Poder Judiciário.
- (c) É um princípio de matriz constitucional e garante às partes o direito de manifestação sempre que a outra praticar um ato no processo.
- (d) Importa no dever do magistrado residir na Comarca, sempre que este se tornar titular de uma serventia.
- (e) É um princípio de matriz constitucional, que impõe ao magistrado o dever julgar a demanda, mesmo na ausência de dispositivo legal que discipline a matéria controvertida, quando, então, utilizará a equidade e os princípios gerais do direito.

46) Cemprônia, septuagenária, brasileira, viúva, pensionista do Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – IPERJ, ajuíza demanda de revisão de pensão previdenciária em face IPERJ, em janeiro de 2000.

Em janeiro de 2001 é promulgada a Lei Federal 10.173 que altera o CPC e garante aos litigantes em processo judicial, maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, o direito à prioridade na tramitação do processo. Indaga-se qual a afirmativa correta:

- (a) Cemprônia será imediatamente beneficiada com a Lei Federal 10.173/2001 e terá prioridade no processamento de sua demanda, desde que o IPERJ concorde expressamente.
- (b) Cemprônia não poderá ser beneficiada, pois a demanda foi ajuizada em janeiro de 2000, portanto antes da vigência da Lei Federal 10.173/2001, aplicando-se, assim, o princípio da irretroatividade das leis, bem como a teoria da *unidade processual*, segundo o qual, apesar de se desdobrar em uma série de atos diversos, o processo apresenta tal unidade que somente poderia ser regulado por uma única lei, a velha ou a nova.
- (c) A Lei Federal 10.173/2001 será aplicada na demanda ajuizada por Cemprônia aos atos processuais pretéritos, bem como aos futuros, ante a regra que determina a retroatividade da lei que estabelecer direitos, por ser mais benéfica à parte.
- (d) A Lei Federal 10.173/2001 será aplicada na demanda ajuizada por Cemprônia tão somente nos atos processuais que ainda não foram praticados, não alcançando os atos pretéritos e, tampouco os seus efeitos, tudo em razão do acolhimento pelo CPC da teoria do isolamento dos atos processuais.
- (e) N.R.A

47) Analise as afirmações abaixo e responda:

- I – A tutela jurisdicional antecipada é uma forma de tutela jurisdicional satisfativa, não cautelar, prestada mediante um juízo de probabilidade, podendo a decisão concessiva ser revogada a qualquer momento.
- II – Jurisdição é a função do Estado que aplica a vontade concreta da lei, declarando um direito preexistente para compor um conflito de interesses e obter a justa composição da lide
- III – São condições para o regular exercício do direito de ação: possibilidade jurídica do pedido, interesse processual de agir, e legitimidade para demandar em juízo.
- IV – Competência é o conjunto de limites dentro dos quais cada órgão do Poder Judiciário pode exercer legitimamente a função jurisdicional.
- V – O magistrado não pode reconhecer a incompetência relativa de ofício, ante a possibilidade de sua prorrogação.

- (a) I, II, III, e V estão corretas.
- (b) I, II e V estão corretas.
- (c) I, II, III, IV e V estão incorretas
- (d) Apenas a afirmativa I está correta
- (e) I, II, III, IV, V estão corretas.

48) Aponte qual a afirmativa incorreta:

- (a) litisconsórcio é a situação caracterizada pela existência de duas ou mais pessoas no polo ativo ou passivo da demanda, que serão denominadas litisconsortes.
- (b) Litisconsórcio necessário é aquele que exige a presença de todos os litisconsortes na relação processual, sob pena de nulidade do processo.
- (c) Dá-se o litisconsórcio misto quando houver pluralidade de partes no polo ativo e no polo passivo.
- (d) juiz não poderá limitar o litisconsorcio facultativo, eis que em tais situações a demanda deve, obrigatoriamente, ter resultado igual para todos os litisconsortes.
- (e) Ocorre a assistência quando um terceiro, que guarda interesse jurídico em demanda pendente entre duas ou mais pessoas, resolve ingressar no processo para assistir a uma delas.

49) São órgãos auxiliares do juízo, além de outros, cujas atribuições são determinadas pelas normas de organização judiciária:

- (a) escrivão, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador e o intérprete.
- (b) procurador do estado, o defensor público e o promotor de justiça.
- (c) escrivão, o oficial de justiça, o defensor público e o interprete.
- (d) defensor público, o oficial de justiça e o promotor de justiça
- (e) escrivão, o oficial de justiça, o promotor de justiça e o defensor público.

50) Constatando a inexistência de uma das condições para o regular exercício do direito de ação, o juiz deverá:

- (a) proferir despacho saneador, ordenando seja a falta suprida pelo Autor, no prazo de 48 horas, sob pena de indeferimento da petição inicial;
- (b) proferir sentença definitiva, extinguindo o processo com resolução do mérito;
- (c) proferir sentença terminativa, extinguindo o processo sem resolução do merito;
- (d) proferir decisão interlocutória, ordenando seja a falta suprida no prazo de 48 horas, sob pena de indeferimento da petição inicial.
- (e) suspender o processo até o implemento total das condições para regular exercício do direito de ação pelo autor, limitado este prazo a 6 (seis) meses.

Presidente da Comissão de Seleção

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

AVISO

10º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE
PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE
ESTAGIÁRIOS faz saber aos interessados que é o seguinte o gabarito do
Exame de Seleção realizado em 05.07.2003:

DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITO CIVIL	TEORIA GERAL DO PROCESSO
1. C	21. B	
2. C	22. D	41. C
3. D	23. A	42. D
4. D	24. E	43. B
5. A	25. C	44. E
6. E	26. D	45. A
7. A	27. A	46. D
8. E	28. B	47. E
9. A	29. C	48. D
10. E	30. C	49. A
11. A	31. C	50. C
12. D	32. C	
13. C	33. E	
14. B	34. A	
15. A	35. D	
16. B	36. C	
17. A	37. D x B	
18. C	38. E	
19. C	39. A	
20. E	40. A x Anulada	

O resultado final do Exame de Seleção, com a classificação dos
candidatos aprovados, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio
de Janeiro - Parte I.

Ruiza Maria 
Mat. 816.409-7

07-07-